**ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 03 de junho de 2019

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e quinze minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira -PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos de n.ºs 0352, 0354 a 0368, 0376 e 0395/2019. Ato contínuo, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Edmundo Pichler, Alfredo Castillos de Los Santos, Beatriz Priebe Silveira, Luis Eduardo Nunes Gonçalves, Anderson Barcelos Correa, Liziane Jardim e Jacqueline Ferreira. Ato contínuo, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Jacqueline Ferreira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0373 e 0374/2019 - Dos Vereadores Jacqueline Ferreira e Dalmiro Almeida, tendo na oportunidade, a Vereadora proponente solicitado a retirada de tramitação; 0375, 0377, 0378 e 0385/2019 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira 0381/2019 – Dos Vereadores Jacqueline Ferreira e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; 0382/2019 – Do Vereador Luis Eduardo Nunes Gonçalves. Posteriormente, solicitou a leitura dos expedientes que BAIXARAM PARA AS COMISSÕES TÉCNICAS, de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO: PL n.º 035/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria a Ouvidora-geral do município”; PL n.º 036/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”; PL n.º 037/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”; PL n.º 038/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA”; PL n.º 039/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação; PL n.º 040/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$300.000,00”; PL n.º 041/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos de produtos de origem animal, no município de Aceguá, e cria a função de Coordenador do setor de Inspeção de produtos de origem animal e dá outras providências”; PL n.º 042/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 1078, de 29 de outubro de 2012”; PL n.º 01/2019 – Da MESA DIRETORA – “Cria a gratificação pelo exercício de atividade administrativa da Ouvidoria Parlamentar”; PR n.º 002/2019 – Da MESA DIRETORA – “Cria no Regimento Interno da Câmara Municipal, no título II “Dos órgãos da Câmara”, o Capítulo III, que Dispõe sobre a Ouvidoria Parlamentar”, com os artigos 1.º-a e 2.º-b; PR n.º 003/2019 – Da MESA DIRETORA – “Dispõe sobre a criação, a estrutura e funcionamento da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá”. Posteriormente, solicitou a LEITURA DE PARECERES sobre os seguintes: PL n.º 017/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor de R$573.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 019/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$77.105,61”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 020/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ações na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 021/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – as seguintes ações”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 022/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor global de R$26.883,33”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 023/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 024/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$35.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 025/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$369.306,72”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 028/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza contratação emergencial de professor de língua inglesa”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 029/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 - PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 030/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019 – a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 031/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$600.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 032/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$30.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 033/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$680.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 034/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$450.000,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Continuamente, solicitou a leitura de projetos em tramitação, sendo: EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 015/2019 – Do PODER EXECUTIVO - “Concede gratificação especial”. Após, não havendo pauta para a ORDEM DO DIA, o Presidente consultou os Líderes de bancada, data para realização de Sessões Extraordinárias para apreciação dos PLs n.ºs 017 a 041/2019, atendendo solicitação do Poder Executivo, conforme Of/Gab/PM/AssParl/008 e 009/2019, além do PL n.º 001 e dos PR n.º 002 e 003/2019, da Mesa Diretora. Na oportunidade, atendendo solicitação da Líder da Bancada do PSDB, o Presidente interrompeu a reunião por 05 (cinco) minutos. Na reabertura, o Presidente convocou a Sessão Extraordinária para as 10h do próximo dia 12 (doze). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)